

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

19  
Maio  
2017



# CLIP PING

# TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

## Cidadania nos presídios: detentas recebem óculos no Espírito Santo

Em mais uma ação, fruto da parceria do Tribunal de Justiça do Espírito Santo com a Secretaria de de Justiça, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria, 148 internas da Penitenciária Feminina de Cariacica (PFC), que passaram por exames visuais, receberam doações de óculos nesta segunda-feira (15).

A iniciativa faz parte do projeto Universidade no Cárcere, um dos principais eixos do Programa Cidadania nos Presídios, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), lançado de forma pioneira no estado, em fevereiro de 2016.

O termo de cooperação entre o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, o Conselho Nacional de Justiça, o Governo do Estado, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a Universidade de Vila Velha (UVV) e o Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria foi assinado, no dia 17 de agosto de 2016, na sede do Tribunal de Justiça.

Essa foi a segunda entrega de óculos na unidade prisional. Em dezembro de 2016, 51 internas também receberam óculos. De acordo com a Sejus, os exames de verificação da saúde visual e ocular das detentas foram realizados por voluntários do conselho na penitenciária. Algumas foram diagnosticadas com doenças oculares e encaminhadas para acompanhamento na área de saúde. Foram as próprias internas que escolheram as armações dos óculos que foram entregues.

As internas que receberam os óculos serão acompanhadas por meio de um questionário que deverá ser preenchido pelos professores que lecionam para as detentas. A ideia é verificar se o rendimento escolar dessas detentas apresentou melhoras após o uso dos óculos.

A juíza Patrícia Faroni, titular da Vara de Execuções Penais de Vila Velha, representou o Judiciário na solenidade de entrega dos óculos e, durante a sua fala, destacou a importância de parcerias como essa, que visam proporcionar uma melhor qualidade de vida e até mesmo oportunizar melhores condições de estudo e de trabalho para as internas: “uma pessoa com uma visão deficiente tem prejuízos no trabalho, nos estudos e até no seu dia-a-dia”, ressaltou a magistrada.

A união do Poder Judiciário com as universidades busca aprimorar os serviços prestados pelo Escritório Social, ação do CNJ lançada em 2016, pioneiramente no Espírito Santo.

Também está previsto no convênio o oferecimento de palestras e cursos dentro dos presídios, para conscientizar os detentos sobre regras básicas do convívio social após o cumprimento da pena, curso de graduação para detentos em regime semiaberto, assim como a capacitação de alunos e professores para atuarem no ambiente carcerário possibilitando o acúmulo de experiência que poderão ser úteis, futuramente, na atividade profissional.

# Guarda de Cachoeiro terá de entregar as armas

**Alessandro de Paula**

A Guarda Civil Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, será desarmada. A ordem é do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), que suspendeu ontem decisão anterior que permitia o uso de armas pelos guardas municipais por mais 60 dias, enquanto a prefeitura regularizaria pendências apontadas pelo Ministério Público Estadual (MP-ES).

Com a medida, as armas serão recolhidas e levadas para um depósito no 9º Batalhão da Polícia Militar. A prefeitura informou que ainda não foi notificada da decisão.

O secretário municipal de Segurança Pública, Ruy Guedes Junior, convocou uma reunião com os

agentes da Guarda para a manhã de hoje, na sede do órgão.

Essa é a terceira vez que a Guarda Municipal é desarmada em Cachoeiro desde 2007, quando o MP-ES entrou com ação civil pública para regularizar a situação dos

agentes, que não têm porte de arma concedido pela Polícia Federal.

Entre as medidas cobradas pelo Ministério Público estão a realização de curso de formação e a implantação de Ouvidoria e Corregedoria independentes.

ALESSANDRO DE PAULA



**VIATURA DA GUARDA em Cachoeiro: agentes não têm porte de arma concedido pela Polícia Federal**

## **Tribunal de Justiça suspende decisão de manter Guarda armada em Cachoeiro**

**O pedido foi feito pelo MPES, que alega que os agentes não possuem o porte de armas expedido pela Polícia Federal, um dia após a Justiça estipular um novo prazo para as adequações**

Um dia após a Justiça de Cachoeiro determinar um novo prazo para que a Guarda Civil Municipal (GCM) pudesse continuar armada por mais 60 dias, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) suspendeu, na tarde desta quinta-feira (18), a decisão e os agentes não poderão usar o armamento durante o trabalho.

O desembargador Samuel Meira Brasil Júnior deferiu o pedido de efeito suspensivo feito pelo Ministério Público, que alega que os agentes da Guarda Civil Municipal não possuem o porte de armas expedido pela Polícia Federal. Ele concorda com o pedido do MP-ES, e diz que é notório que a Polícia Militar já retomou o policiamento ostensivo e repressivo no Estado.

A Guarda Municipal de Cachoeiro foi desarmada em abril de 2016, após um pedido do Ministério Público do Espírito Santo (MPES), devido à falta do porte de arma dos agentes. Em fevereiro deste ano, durante a paralisação da Polícia Militar, o juiz de Cachoeiro Robson Louzada Lopes autorizou que as armas dos agentes da fossem devolvidas à Secretária de Defesa Social, em caráter extraordinário e temporário.

No início do mês de abril, já com o policiamento normal na cidade, a Justiça estipulou prazo de 30 dias para finalização das ações de estruturação da Guarda Municipal, incluindo a parceria entre a Faculdade de Direito do município (FDCI) e a prefeitura, para que o antigo prédio da faculdade abrigue os dois órgãos de controle externo da Guarda.

Na semana passada, o comando da Polícia Civil confirmou para o segundo semestre deste ano a realização do curso de aperfeiçoamento exigido pela Justiça para que a Guarda continue armada. O curso é voltado principalmente para aprimoramento de habilidades práticas em tiro e será ministrado em Cachoeiro.

Na última quarta-feira (17), o juiz Robson Louzada Lopes, da 1ª Vara da Fazenda Pública, com base no andamento dado às ações estabelecidas para estruturação dos órgãos de controle externo da corporação, uma das condições para que os agentes possam usar armas de fogo, decidiu manter o armamento por mais 60 dias.

CRISE POLÍTICA

# Juristas explicam cenários sem Temer

No caso de renúncia do Presidente, cassação ou impeachment quem assume interinamente é o presidente da Câmara, Rodrigo Maia

No meio de tantos escândalos e suspense, juristas apontam os cenários de um eventual afastamento do presidente Michel Temer (PMDB). O estopim foi uma conversa entre o empresário Joesley Batista, dono da JBS, e Temer sobre uma suposta compra do silêncio do deputado Eduardo Cunha. O presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Cláudio Colnago, explicou que, no caso de renúncia, cassação ou impeachment, quem assume interi-

amente é o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Maia teria um prazo de 30 dias para convocar uma eleição indireta. "O sucessor ficaria no cargo até o dia 31 de dezembro de 2018." E o advogado criminalista Rodrigo Horta lembrou que neste caso não há participação popular. "A votação é realizada por deputados e senadores", observou. O doutor em Direito Constitucional e professor da FDV, Adriano Sant'Ana Pedra, explicou que, na impossibilidade de Maia assumir, por exemplo se ele virar réu no Supremo Tribunal Federal (STF), assume o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Caso também não possa, a presidente do STF, a ministra Cármen Lúcia, assume. "Em princípio, qualquer cidadão brasileiro maior de 35 anos, filiado a partido político, com ficha limpa, poderá ser candidato", explicou. Ele frisou que Cármen Lúcia pode assumir interinamente a Presi-

dência, se os presidentes da Câmara e do Senado estiverem impedidos, mas não poderá concorrer nas eleições para o restante do mandato por não ter filiação partidária. Para o presidente da OAB-ES, Homero Mafrá, Temer não tem mais condição de continuar como presidente. Ele defende que a melhor saída seria por meio de eleições diretas para a Presidência, alterando a Constituição. "Ainda que não seja o melhor caminho fazer uma emenda para um fato específico, ouvir o povo é sempre salutar." O presidente da Associação dos Magistrados do Estado, Ezequiel Turibio, e o presidente da Associação Espírito-Santense do Ministério Público, Adélcion Caliman, também acreditam que a melhor saída seria o povo escolher o novo presidente. Contudo, eles reiteraram que é preciso sempre seguir a Constituição, e que uma mudança seria difícil neste momento.



RODRIGO MAIA teria prazo de 30 dias para convocar uma eleição indireta

AS POSSIBILIDADES

## Presidente do Senado na linha sucessória

**1 Renúncia**  
**INTERINO**  
 > CASO MICHEL TEMER abdique do cargo, assumiria interinamente o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Na impossibilidade de Maia assumir, os próximos da linha sucessória são o presidente do Senado, Eunício Oliveira, e do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia.  
 > QUEM ASSUMISSE teria 30 dias para convocar uma eleição indireta, já que a Constituição estabelece dessa forma caso se passe mais da metade do mandato (que vai até 2018).

**ELEIÇÕES INDIRETAS**  
 > NAS ELEIÇÕES indiretas, deputados federais e senadores escolheriam o novo presidente, que exerceria o mandato até o final de 2018.  
 > EM PRINCÍPIO, pode se candidatar qualquer cidadão brasileiro maior de 35 anos, filiado a partido político, com ficha limpa.

**POLÊMICA NA VOTAÇÃO**  
 > NÃO HÁ REGRAS atuais para o rito, e especialistas acreditam que haverá polêmicas nesse sentido. A norma para eleições indiretas é de 1964 e prevê voto secreto de deputados e senadores. Porém, a Constituição de 1988 só admite o voto secreto em situações excepcionais que ela mesma diz quais são, e aí não está essa hipótese de eleição indireta.

**2 Impeachment**  
**SUCESSÃO**  
 > NA HIPÓTESE de impeachment se aplicariam as mesmas regras de sucessão com a diferença que o

processo de impeachment é mais demorado. Até a noite de ontem, já havia oito pedidos de impeachment na Câmara dos Deputados.  
**PROCESSO**  
 > O PROCESSO de impeachment, assim como aconteceu com a ex-presidente Dilma Rousseff, depende de autorização da Câmara e do julgamento do Senado.  
 > CASO A CÂMARA autorize e o Senado instaure o processo, Temer seria afastado por até 180 dias e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, assumiria o posto interinamente.

**POSSIBILIDADE DE ELEIÇÕES DIRETAS**  
 > A REALIZAÇÃO de eleições diretas após o eventual afastamento de Temer depende da aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 227/2016), em tramitação no Congresso. No momento, a proposta está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Ela teve pedido de urgência aprovado e deve ser votado na próxima semana.

**3 Ação contra chapa**  
**RETOMADA DO PROCESSO**  
 > O PROCESSO de cassação da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que vai ser retomado no dia 6, ainda é um risco para o presidente Michel Temer. A ação ques-

limite informado pela Justiça Eleitoral.  
**VOTAÇÃO**  
 > A ANÁLISE do processo será em quatro sessões. Antes, se previa que a maioria votaria pela não cassação da chapa e que poderiam ocorrer pedidos de vista para atrasar o julgamento. Agora, o cenário pode mudar, segundo preveem especialistas.  
**DIVERGÊNCIA**  
 > SE HOUVER CASSAÇÃO, ainda há divergência entre juristas se a eleição se dará de forma direta ou indireta. Isso porque, se por um lado a Constituição Federal determina eleições indiretas no caso de vacância do cargo nos dois anos finais do mandato, esse prazo é reduzido para seis meses no Código Eleitoral.  
 > O SUPREMO deve ser provocado para se manifestar sobre o tema.

**4 Ação penal**  
**CRIME**  
 > SE A PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA entender que houve crime no mandato atual (por exemplo de obstrução da Justiça e até mesmo envolvimento com organização criminosa), pode oferecer denúncia contra o Presidente.  
 > NO ENTANTO, ela só chegaria ao STF com autorização de dois terços da Câmara. Ainda assim, o Supremo teria de acolher a denúncia para que Temer vire réu, e então ele seria afastado por 180 dias - prazo que o STF tem para dar início ao julgamento. Se condenado, Temer deixa o poder.

Fontes: Especialistas consultados e agências Estado e Folha.

ANÁLISES

**Acácio Augusto,** cientista político e professor no mestrado em Sociologia Política  
**"Desgoverno e esgotamento"**  
 "O governo Temer assumiu com baixíssimo apoio popular. Mesmo os grupos que pediram o impeachment da presidente Dilma Rousseff o viam como um 'mal menor'.  
 Temer é nome histórico do PMDB, símbolo maior do fisiologismo na política brasileira. Atingimos, com o vazamento da delação de Joesley da JBS e o envolvimento de Aécio Neves e Michel Temer, o auge do esgotamento de legitimidade da representação institucional, que define desde as manifestações de junho de 2013.  
 O que antes só atingia diretamente o PT, se aplica agora a toda a classe política. As reformas em curso (trabalhista, previdenciária e do teto de gastos) já não gozavam de popularidade, agora se tornam totalmente ilegítimas. Mas o mercado exige que elas sigam seu rumo. Haverá debandada dos apoios das bancadas parlamentares.  
 A única saída capaz de retomar essa legitimidade seria um processo amplo de eleições gerais, mas não há base legal na Constituição para isso. Em suma: não há saída fácil.  
 Ela virá das ruas ou do Judiciário, ainda que esteja, neste momento, nas mãos dos políticos. Talvez seja o momento de parar de olhar para cima e começar a pensar saídas construídas desde baixo."

**Edmar Camata,** especialista em gestão pública e secretário-geral da Transparência Capixaba  
**"Instabilidade a níveis inéditos"**  
 "A decisão do presidente Michel Temer, anunciada na tarde de ontem em pronunciamento oficial, de permanecer à frente da Presidência da República, eleva a instabilidade política e econômica do Brasil a níveis inéditos. É um momento ruim para isso.  
 Questões vitais para a nação estão sendo resolvidas à base de troca-troca de cargos, emendas e favores no Congresso Nacional, como a reforma previdenciária e a reforma trabalhista, por exemplo.  
 O fato mais emblemático neste momento, contudo, é que os principais nomes da República continuavam agindo ilegalmente, ignorando a força-tarefa da Operação Lava a Jato e o clamor social por mudanças.  
 Nesse ponto, as palmas vão, mais uma vez, para a força-tarefa, que reafirma não ter cor, partido, nem medo de cortar na própria carne. E passa a usar na investigação a ação controlada, um instrumento legal importante, mas pouco abraçado em investigações de corrupção.  
 No entanto, a Operação Lava a Jato não tem como resolver todos os problemas do Brasil. Servirá para punir corruptos como nunca, mas, sem o engajamento de cada um de nós, será apenas a história de um juiz que cumpriu seu papel, mas não encontrou eco na sociedade, a maior beneficiária de suas ações."

# Promotores exigem novo local

O Ministério Público quer que seja construído um novo hospital. Em julho, o pronto-socorro será transferido para o HPM

Lorrany Martins

**D**iante de denúncias e casos de falta de vagas e problemas no atendimento no Hospital Infantil de Vitória, o Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) está exigindo, na Justiça, a construção de um novo hospital para atender as crianças no Estado.

O processo com o pedido, que corre desde 2011, deu mais um passo ontem. Em uma longa audiência na Vara da Fazenda Pública, entre o MP-ES, a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) e a Defensoria Pública do Espírito Santo (DP-ES), foi descartada a possibilidade de um novo hospital no mesmo local onde funciona hoje.

“Essa audiência foi marcada para saber o posicionamento da Secretaria de Saúde em relação ao pedido de um novo hospital, ouvir o que eles tinham a apresentar. E eles já descartaram a construção de um novo hospital no mesmo local”, explicou a promotora de justiça do MP-ES, Inês Thomé Taddei.

Ela informou ainda que a construção do novo hospital vai acontecer, mas o detalhes de onde será, o projeto e os prazos serão apresentados em outras audiências. A próxima está marcada para agosto.

“Vai ter que acontecer a constru-



O SECRETÁRIO de Estado da Saúde, Ricardo Oliveira, participou de audiência com a promotora Inês Thomé Taddei e o defensor Renzo Gama Soares

ção do novo hospital, ela é uma exigência, só que será em outro lugar. O local, o prazo e o projeto para essa construção serão tratados em outras audiências”, disse.

No entanto, MP-ES e DP-ES fizeram uma exigência para tentar melhorar os problemas mais urgentes da unidade, principalmente

do pronto-socorro. O acordo firmado entre os órgãos é que o pronto-socorro será transferido para o Hospital da Polícia Militar (HPM) em Bento Ferreira, em Vitória.

“A defensoria fez duas vitórias recentes no hospital e a situação é grave. A infraestrutura do pronto-socorro, principalmente, não aten-

de a demanda que chega no hospital hoje”, disse o defensor público Renzo Gama Soares.

De acordo com o secretário de estado da Saúde, Ricardo Oliveira, a transferência, que começa em julho, vai ampliar o serviço e leitos, que passam de 171 para 294.

“O importante é que estamos to-

dos embuidos de procurar uma solução para o Hospital Infantil. A situação é realmente ruim, cerca de 70% do movimento no hospital é do pronto-socorro. E com a transferência vamos ampliar a estrutura e abrir espaço para iniciar uma obra de melhoria”, disse o secretário.

## ENTENDA O CASO

### Processos

▶ DIANTE DE DENÚNCIAS de pacientes do Hospital Infantil de Vitória, o Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) ingressou, em 2011, com um processo contra a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) para exigir providências quanto a falta de infraestrutura e de condições de aten-

dimento.

▶ ONTEM, houve a primeira audiência na Vara da Fazenda Pública com MP-ES, Sesa e representante da Defensoria Pública, com o pedido de um novo hospital.

▶ ESTA PRIMEIRA reunião ficou decidido que o todo o pronto-socorro do Hospital Infantil, localizado no bairro

Santa Lúcia, será transferido para o Hospital da Polícia Militar (HPM), localizado em Bento Ferreira.

▶ EM 90 DIAS haverá uma nova audiência para que a Sesa apresente o projeto para o novo Hospital Infantil. De acordo com a promotora o novo hospital será em um lugar diferente de onde funciona hoje.

## Oncologia também no HPM

Outro acordo firmado entre Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), Ministério Público do Espírito Santo (MPES) e Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES), durante a audiência de ontem na Vara da Fazenda Pública, é que o serviço de oncologia no Hospital Infantil de Vitória também será transferido para Hospital da Polícia Militar (HPM), em Bento Ferreira.

“Estávamos procurando uma área para ampliar o serviço de oncologia pediátrica oferecido pelo Hospital Infantil. Então, trouxemos a proposta de transferir para uma área maior no HPM”, contou o secretário da Sesa, Ricardo Oliveira.

De acordo com ele, a transferência era para ser apenas do pronto-socorro, no entanto, a proposta foi aceita na audiência de ontem.

“A oncologia pediátrica precisa de espaço e estamos trabalhando nisso. Ainda não temos data, mas estamos trabalhando nesse projeto para a melhor instalação do serviço no HPM. Esse foi outro acordo feito na reunião de hoje (ontem)”, disse.

De acordo com a vitória feita pela DPES, a enfermaria de oncologia é um grave problema. “A en-

fermária mais problemática acaba sendo a de oncologia, que demanda uma questão especial, porque é o único lugar que presta o serviço de oncologia pediátrica do Estado, tanto da rede pública quanto da rede particular”, ressaltou o defensor Renzo Gama.

De acordo com o secretário, o atendimento que é feito no Hospital Infantil é de qualidade. “Eventualmente comete-se um erro, como foi a fotografia da criança perto do lixo e se passa isso como imagem do hospital. Tem uma equipe de altamente especializada e as mães podem ficar tranquilas quanto o atendimento prestado lá”, disse.



HPM vai abrigar área oncológica

## O QUE ELES DIZEM



“A situação em que se encontra o hospital é urgente, esse acordo foi necessário”

Inês Thomé, promotora de Justiça



“O pronto-socorro é o ponto mais urgente do Hospital Infantil”

Renzo Gama Soares, defensor público



“Estamos com o mesmo objetivo de resolver o problema do Hospital Infantil”

Ricardo Oliveira, secretário da Sesa



HGL: 29 profissionais investigados

## Médicos investigados no Norte

### LINHARES

O Ministério Público Estadual (MPES), com apoio da Polícia Militar, iniciou uma investigação contra 29 médicos do Hospital Geral de Linhares (HGL), sendo que quatro deles já estão com o processo em andamento, por não cumprirem a carga horária.

O HGL é administrado pela Prefeitura de Linhares e, constante-

mente, os pacientes alegam que não conseguem atendimento, devido à falta de médicos.

O MP-ES recebeu a denúncia no ano passado. Durante 10 dias, o movimento dos médicos e o cartão de ponto dos acusados foram monitorados. Através de imagens gravadas por policiais à paisana, o MPES comprovou que os médicos batiam o ponto e permaneciam por pouco tempo no local.

As imagens comprovam ainda que os profissionais foram flagrados deixando o HGL e retornando apenas para bater o ponto.

Dando prosseguimento às investigações, o MPES ouviu diversas testemunhas, entre funcionários, servidores ligados à Secretaria Municipal de Saúde e até pacientes. Com base nessas provas, o MPES decidiu investigar cada um dos 29 médicos.

O MPES também requereu na Justiça que os quatro profissionais indiciados devolvam aos cofres públicos parte das gratificações que recebiam que, somadas, totalizam cerca de R\$ 470 mil.

O secretário municipal de Saúde, Waldir Massucati declarou que não tem conhecimento dos autos do processo e que desconhece as provas, mas garantiu que irá apurar cada caso.

## LINHARES

# MÉDICOS PROCESSADOS POR BATER PONTO E IR EMBORA

## Quatro vão responder por improbidade administrativa

▲ Vinte e nove médicos que atuam no Hospital Geral de Linhares (HGL), no Norte do Estado, estão sendo investigados pelo Ministério Público Estadual (MPES) por suspeita de descumprimento da carga horária, sendo que quatro deles vão responder por improbidade administrativa. Imagens feitas ano passado mostram os profissionais chegando ao trabalho, batendo o ponto e indo embora.

A situação foi denunciada, com exclusividade, pela TV Gazeta, em matéria produzida pelo repórter Mário Bonella, e pela produtora Esther Radaelli.

Após receber uma denúncia de que os médicos do HGL não cumpriam a carga horária, o Ministério Público Estadual pediu ajuda à polícia para investigá-los. Ano passado, durante dez dias, policiais à paisana ficaram na frente e dentro do hospital, e monitoraram a chegada e a saída dos médicos, e o cartão de ponto deles.

### SÓ A SAÍDA

No dia 13 de junho de 2016, uma segunda-feira, o médico Assuério Moreira chega ao hospital e bate o ponto às 7h46. Menos de 20 minutos depois, a imagem mostra o médico saindo do hospital, entrando no carro e indo embora. No dia seguinte, às 8h21, Moreira volta ao hospital, bate o ponto e vai embora de novo. De acordo com a investigação, o médico só voltou pra bater o ponto de saída.

Outras imagens da polícia mostram o médico José Cardia chegando ao hospital no dia 15 de junho do ano passado. O médico não ficou nem dez minutos no local. Ele chega às 14h45 e sai às 14h51. Ao



Hospital Geral de Linhares, onde saída de médicos foi monitorada no ano passado

HGL, só voltou no dia seguinte. Ele entrou, bateu o ponto e saiu de novo.

Ele nega que descumpria a carga horária, e disse que só deveria ir ao hospital se fosse chamado. "Sou médico de sobreaviso. Sou médico que fica à disposição do hospital durante toda a semana, para em casos de chamados de urgência da minha especialidade eu estar presente. Então, tem dias que eu vou duas, três vezes, tem dia que eu não vou", afirmou.

Outro médico, que segundo o Ministério Público Estadual, não cumpriu a carga horária é Smail Pinheiro Carvalho. No dia 11 de junho, ele tinha que fazer um plantão de 48h, às 7h59 ele bate o ponto, e às 17h45, de acordo com a

### SOBREAVISO



"Sou médico que fica à disposição do hospital, para casos de chamados de urgência"

JOSÉ CARDIA  
MÉDICO

investigação, ele entra em um carro e vai embora. Uma foto mostra o carro passando pela praça do pedágio, a mais de 20 quilômetros do hospital.

### FLAGRANTES



#### CHEGADA

No dia 13 de junho de 2016, o médico Assuério Moreira bateu o ponto às 7h46.



#### SAÍDA

Menos de 20 minutos depois, ele saiu do hospital, entrou no carro e foi embora.



#### CHEGADA

Em 15 de junho, o médico José Cardia bateu ponto no HGL às 14h45.



#### SAÍDA

Menos de 10 minutos depois, às 14h51, as imagens o flagram deixando o hospital.

A investigação também identificou que o médico Telmo Henrique Fiorotti não cumpre a carga horária. No dia 13 de junho, a polícia registrou o médico chegando ao hospital às 7h20. Às 8h04, ele bateu o ponto; às 8h05 ele saiu do hospital. No dia seguinte ele chegou às 8h51, bateu o ponto e às 10h22 já estava de saída.

O promotor de justiça Marcelo Paiva Pedra avalia o comportamento dos médicos como um ato ilegal. "Deixa a população à mercê da sorte. O que eu espero é que, com essa investigação, nós possamos, pelo menos, melhorar as condições de atendimento desses usuários. Afinal de contas, eles pagam os tributos e merecem respeito".



OPERAÇÃO LAVA JATO



O QUE ELES DIZEM



“Temer tem inúmeras dificuldades de relacionamento com a sociedade, e o apoio parlamentar tornou-se incerto”

RICARDO FERRAÇO (PSDB) SENADOR



“O país não caminha para lugar nenhum. O momento é de angústia e perplexidade, mas só Temer pode explicar à população brasileira”

ROSE DE FREITAS (PMDB) SENADORA



“Penso que as reformas foram para o brejo e o melhor caminho é a renúncia. Presidente, o meu conselho é renunciar e tirar o país dessa agonia”

MAGNO MALTA (PR) SENADOR



“Foi um baque importante, um balanço grande. Primeiro é preciso saber com exatidão os fatos”

LELE COIMBRA (PMDB) LÍDER DA MAIORIA GOVERNISTA NA CÂMARA



“César Colnago defende a apuração de todos os fatos, independentemente dos partidos que estiverem envolvidos nas denúncias”

NOTA DO GOVERNADOR EM EXERCÍCIO CÉSAR COLNAGO (PSDB)

# ALIADOS DEFENDEM SAÍDA DE PRESIDENTE DO CARGO

FHC diz que país tem pressa, e Caiado é a favor do impeachment

RIO  
 Até mesmo aliados do presidente Michel Temer (PMDB), como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) defenderam ontem que o peemedebista renuncie ao cargo.

Sem citar nomes, Fernando Henrique afirmou que os implicados na delação dos executivos da JBS devem deixar seus cargos, caso não consigam se defender propriamente.

“Se as alegações de defesa não forem convincentes, e não basta argumentar, são necessárias evidências, os implicados terão o dever moral de facilitar a solução, ainda que com gestos de renúncia. O país tem pressa. Não para salvar alguém ou estancar investigações”, afirmou, em nota, publicada em

uma rede social. Já Caiado, líder do DEM no Senado, que faz parte da base aliada, disse que Temer “frustou a sociedade brasileira” ao continuar no cargo.

“Entre a crise e a imunidade institucional, o presidente optou pela imunidade institucional. O presidente frustrou a sociedade brasileira. Aguardávamos uma atitude de estadista, com o gesto maior da renúncia. Infelizmente, o presidente não deixa outra opção ao Congresso que não seja o impeachment”, afirmou.

O senador acrescentou que a classe política não pode se omitir. “É o Congresso Nacional que tem que determinar o caminho. Não podemos deixar que outros Poderes tomem a frente. Estamos diante de uma crise política,



FHC afirma que delatados devem deixar seus postos

ca, que se resolve com soluções políticas”, disse.

O senador Álvaro Dias (PV-PR) publicou que a decisão do presidente é “ruim para o país”, porque agravaria a crise. Em vídeo, Marina Silva, ex-

ministra e porta-voz da Rede, disse que Temer “não está mais em condições de governar o país”.

PETISTAS

Após reunião ontem, em São Paulo, as princi-

pais lideranças do PT e o ex-presidente Lula decidiram que a prioridade agora é a realização de eleições diretas para a sucessão do presidente Michel Temer (PMDB). Para o PT, a queda o peemedebista é apenas questão de tempo. Participantes do encontro disseram que não foram discutidos nomes, mas a candidatura de Lula é “óbvia”.

Na avaliação dos possíveis cenários para a sucessão, Lula e a cúpula petista concluíram que a cassação da chapa Dilma-Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cujo julgamento está marcado para o início de junho, é um caminho mais curto para as eleições diretas do que a renúncia ou o impeachment do presidente da República. (Com agências)

ANÁLISE

Fragilidade, agora, é interna

“O governo Temer não tem respaldo da população, sua legitimidade sempre foi questionada. O que restava era essa coalizão. O problema maior que enfrenta a partir de agora é em sua própria base, a fragilidade do governo é muito mais interna. O grupo coeso que o sustentava no Congresso, independentemente do apoio popular, está se esfacelando, visto que deputados e senadores precisam dos eleitores no ano que vem. A começar pelo PSDB, principal sustentáculo do governo, que está em uma enrascada, devido à situação de Aécio Neves, e se continuarem apoiando Temer haverá ainda mais sangria para o partido. O empresário também tende a pular fora, pois acumula decepções, com um crescimento que não aconteceu e perdas enormes em ações e investimentos.

RÔBSON SÁVIO REIS CIENTISTA POLÍTICO DA PUC-MINAS

## Chefes de Poderes dizem apoiar a Lava Jato

Os chefes do Executivo e do Legislativo do Espírito Santo declararam apoio às investigações envolvendo o presidente Michel Temer (PMDB). Contudo, tanto o governador em exercício, César Colnago (PSDB), quanto o presidente da Assembleia Legislativa, Erick Musso (PMDB), evitaram

dar entrevista e se manifestaram por meio de nota.

Colnago disse que “defende a apuração de todos os fatos, independentemente dos partidos que estiverem envolvidos nas denúncias”. Ele não comentou as acusações feitas ao correligionário, senador Aécio Neves (PSDB-MG).

Já Erick Musso afirmou que o Brasil vive um dos momentos mais sérios de sua história política, mergulhado em uma crise de desconfiança sem precedentes. “Passar o país a limpo é uma das grandes missões dessa nova geração. Defendo todas as investigações da Lava Jato e o trabalho da Polícia

Federal e do Ministério Público na mesma medida em que defendo o direito à ampla defesa dos investigados, sejam eles políticos ou cidadãos comuns”, disse.

O presidente do Tribunal de Justiça (TJES), Aníbal de Rezende Lima, preferiu não comentar. (Natalia Devens)



Erick Musso: país está mergulhado na crise



**ESCRITÓRIO**, na Enseada do Suá: nota divulgada em site nega acusações contra Willer Tomaz (destaque)

## CRISE POLÍTICA

# Advogado preso tem escritório em Vitória

**Willer Tomaz é acusado de cooptar procurador para favorecer Joesley Batista. Ele defende políticos capixabas não citados na Lava a Jato**

**P**reso ontem pela Polícia Federal – acusado de cooptar o procurador da República Ângelo Goulart Villela para favorecer um dos donos da JBS, o empresário Joesley Batista –, o advogado Willer Tomaz tem escritório na Enseada do Suá, em Vitória.

Willer Tomaz era advogado de Joesley desde janeiro e seria ligado ao deputado cassado e ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB).

Ele defende políticos capixabas não citados na Lava a Jato. Advogados informaram na condição de anonimato que os honorários de

Willer Tomaz chegariam a R\$ 200 mil.

O advogado foi preso em um hotel no bairro Ponta do Farol, em São Luís, no Maranhão, e levado para a sede da Polícia Federal.

O Ministério Público Federal (MPF) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a prisão do advogado, porque, de acordo com as investigações, Tomaz teria cooptado o procurador, que também foi preso.

De acordo com a investigação, o objetivo era que o procurador interferisse na Operação Greenfield, que investiga irregularidades nos fundos de pensão Funcef, Petros, Previ e Postalis.

Joesley Batista gravou e fotografou Goulart e Tomaz juntos em um jantar, que seria uma reunião secreta, na casa do advogado.

Segundo o delator, durante o encontro, o procurador gabava-se de ter pleno acesso às informações da Greenfield e da Lava a Jato e re-

passou detalhes das investigações ao advogado.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou ontem que o sucesso da operação tinha um “gosto amargo” por se tratar de um membro da Procuradoria.

## DEFESA

Por meio de nota publicada no seu site, o escritório de Tomaz, que possui também uma sede em Brasília, confirmou que houve busca e apreensão no local e classificou de injustas as acusações imputadas ao advogado.

“Os fatos noticiados na mídia hoje serão devidamente esclarecidos no curso das investigações”, afirma o texto.

A reportagem de **A Tribuna** foi até o escritório de Tomaz em Vitória, entretanto, pelo interfone, foi informado que ninguém no local falaria sobre o assunto e que a demanda deveria ser feita em Brasília.

## **Negado recurso de marido condenado por assassinato de médica**

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) negou, em sessão realizada na tarde desta quarta-feira (17), uma apelação criminal contra a sentença que condenou o marido de uma médica por envolvimento em seu assassinato, ocorrido em 2007, no estacionamento de um restaurante em Jardim Camburi. O crime teve grande repercussão na época.

O réu, Rogério Valadão, foi julgado pelo tribunal do júri, em dezembro de 2015, e condenado a 21 anos, 10 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado. O Desembargador Adalto Dias Tristão, relator do recurso no TJES, manteve a condenação.

Segundo os autos, o réu e a vítima, a médica Gilcy Brandão, eram casados há aproximadamente 25 anos e a médica mantinha a casa e todas as despesas dos filhos e do marido. Ao descobrir a relação extraconjugal de seu marido, a vítima teria interrompido as “mordomias” das quais se aproveitava o réu e sua amante, também denunciada pelo crime.

O apelante, então, teria colaborado para a execução da própria esposa, pois conduziu a vítima para ser morta, simulando um suposto crime de latrocínio. Segundo o inquérito, o réu e sua amante tinham como objetivo eliminar a vítima para viverem o romance que mantinham, sem objeções, além de receber a pensão, os bens e o seguro de vida deixado pela mesma. Por esta razão teria contratado uma terceira pessoa para matá-la.

Ainda de acordo com os autos, o acusado teria demorado a socorrer a vítima baleada, extrapolando em muito o tempo necessário para chegar ao hospital e mantendo contatos telefônicos por várias vezes durante o trajeto, sem contudo comunicar os fatos às autoridades competentes. A sentença narra, ainda, que o réu não demonstrou nenhuma preocupação ou sentimento amoroso pelo ocorrido tendo, inclusive, passado o Carnaval no sul da Bahia com a sua amante, dias após o crime.

Para o magistrado de 1º grau, “o crime foi cometido com malvadeza, vileza e perversão, razões pelas quais a personalidade do réu deve ser utilizada como critério de prevenção”, destaca o juiz.

Para o Relator do processo no TJES, Desembargador Adalto Dias Tristão, foram quatro as circunstâncias judiciais consideradas como desfavoráveis ao réu: a culpabilidade, as circunstâncias, as consequências e a personalidade, todas elas devidamente fundamentadas na sentença de 1º grau. Quanto à dosimetria da pena, o Relator também entendeu ter sido corretamente aplicada.

Na conclusão do seu voto, o Desembargador Adalto Dias Tristão, manteve a condenação e determinou o início da execução da pena: “Conheço do recurso e lhe nego provimento, determinando o início da execução provisória da pena”, destacou o relator, lembrando que o apelante já se encontra em prisão provisória.

## Rogério Fernandes Lima

É tenente-coronel e presidente da Assomes/Clube dos Oficiais

/// Sobre o ocorrido no ES, deveríamos refletir sobre a sociabilidade e o cumprimento das leis, pois quando a Polícia Militar faltou, houve um aumento nos crimes

### *Em defesa da anistia*

Não se duvida que a crise na segurança pública, ocorrida em fevereiro no Espírito Santo, após a paralisação da Polícia Militar, deixou cicatrizes. Entretanto, os traumas deverão ser medidos na proporção de suas profundidades e vários atores estarão envolvidos para ajudar na cicatrização.

Tenho lido a opinião de pessoas contrárias e que retratam uma visão parcial e leiga do instituto da anistia, colocando, novamente, policiais militares como cidadãos de segunda classe. Anistia é um instituto jurídico previsto constitucionalmente e também no Código Penal para todos os brasileiros, só não podendo ser concedido nos casos listados no Art. 5, XLIII da Constituição Federal (tais como crimes hediondos, tortura, tráfico ilícito de drogas e terrorismo), o que nos ensina que o poder público pode concedê-la para os demais casos, e que o ocorrido aqui não se enquadra nas restrições constitucionais.

E, ainda, em outros Estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, militares foram beneficiados, tal qual nos remete o adágio – onde há o mesmo fato, há o mesmo direito -, demonstrando que os policiais militares do Espírito Santo, à luz da Carta Magna, são cidadãos em sua plenitude.

No Direito Penal Brasileiro existe previsão de vários institutos que beneficiam o apenado, colocando em liberdade o cidadão, tais como o perdão judicial, a graça, o indulto e a anistia, instrumentos jurídicos que buscam atender demandas sociais, pois não vivemos, acredito, sob o jugo do direito penal do inimigo.

Sobre o ocorrido no ES, deveríamos refletir sobre a sociabilidade e o cumprimento das leis, pois quando a Polícia Militar faltou, houve um aumento nos crimes, ou como ensinou Rousseau, voltamos ao estado de natureza, por isso não se pode atribuir ao movimento das mulheres, amigos e familiares dos policiais militares a explosão de crimes.

Da mesma forma, deveríamos, antes de criticar ou culpar os policiais militares, inclusive querer desmerecê-los e ridicularizá-los diante da sociedade, analisar se a atenção àqueles que entregam suas vidas a servir a sociedade teve o respeito e a atenção de todos.

A anistia, se concedida, além de atender a critérios de justiça, atenderá a manifestação popular, pois será votada e aprovada pelos legítimos representantes da população, já que vivemos numa democracia representativa. Por isso, nos causa espanto a manifestação de algumas pessoas, formadoras de opinião, que demonstram uma visão preconceituosa e antiquada, colocando o militar estadual como um ser sem vida, ou pior, desprovido de direitos, pois admite a anistia para infratores comuns, mas não admite a anistia para profissionais que buscavam o seu direito.